



OEA



Adriano Marcus
Brito de Assis

É Membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Ex-Presidente da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia.
Assessor Especial da Presidência da Conamp.
Doutor em Direito pela Universidade de Salamanca-Espanha.





OEA



Alexandre Libonati
de Abreu

Natural do Rio de Janeiro/RJ, Alexandre Libonati de Abreu é Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro desde 1991 e Master in Comparative Law pela Samford University. Foi Professor de Direito Penal entre 2002 e 2004 e exerceu os cargos de Procurador do Estado de São Paulo (1993), Procurador da Fazenda Nacional (entre 1993 e 1995) e Procurador da República (entre 1995 e 1996). É Juiz Federal desde 1996, titular da 2ª. Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. Já como juiz atuou como Conselheiro do Conselho Nacional de Arquivos (entre 2009 e 2011), integrou o Comitê-gestor do Programa Nacional de Memória do Poder Judiciário e o grupo de elaboração do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados – MoReq-Jus. Exerceu as Funções de Vice-Diretor (entre 2007 e 2009) e Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (entre 2009 e 2011). Atuou como Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª. Região (entre 2011 e 2013) e do Conselho Nacional de Justiça (entre 2020 e 2025).



OEA



Ana Lya Ferraz
da Gama Ferreira

Juíza Federal titular da 2ª Vara Federal de Cáceres (MT) desde 2016, ingressou na magistratura federal em 2011 e atuou nas seções judiciárias de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Mato Grosso. É presidente da Ajufe desde 2026, após exercer os cargos de suplente regional e Secretária-Geral da associação. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), especialista em Direito Público com ênfase em Direito Tributário e mestre em Direito Penal Tributário pela PUC-SP, também possui experiência como advogada e docente, atuando no ensino jurídico desde 2005.





OEA



Anderson de Paiva
Gabriel

Professor Adjunto de Processo Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Direito Processual pela UERJ. Pesquisador Visitante (Visiting Scholar) na Stanford Law School (Stanford University) e na Berkeley Law School (University of California-Berkeley). Atualmente, exerce a função de Juiz Auxiliar no Supremo Tribunal Federal (STF). Foi Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na gestão do Ministro Luiz Fux, exercendo as atribuições de Coordenador Processual (2020/2022). Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), aprovado em 1º lugar no XLVII Concurso. Anteriormente, atuou como Delegado de Polícia do Estado do Rio de Janeiro e como Delegado de Polícia do Estado de Santa Catarina. Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo recebido diploma de dignidade acadêmica Cum Laude. Especialização em Direito Público e Privado pelo Instituto Superior do Ministério Público (ISMP), especialização em Direito Constitucional pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e especialização em Gestão em Segurança Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).



OEA

Presidente do Fórum Permanente de Inovações Tecnológicas no Direito. Membro do Instituto Iberoamericano de Direito Processual (IIDP) e do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Membro honorário do Conselho da HSSA (Humanities e Social Sciences Association) da University of California-Berkeley.



OEA



**Augusto César
Leite de Carvalho**

Possui mestrado em Direito (Direito e Desenvolvimento) pela Universidade Federal do Ceará (2000) e obteve o título Master em Direito das Relações Sociais na Universidad de Castilla la Mancha. Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidad de Castilla la Mancha, onde defendeu tese em julho de 2011, com revalidação no Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco. Tem pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidad de Salamanca, na Espanha, onde atualmente leciona.

Foi professor adjunto da Universidade Federal de Sergipe de 1997 a 2009, afastando-se para o exercício do cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Leciona Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho na graduação e pós-graduação do IESB - Instituto de Educação Superior de Brasília. Professor de Direito dos Contratos em curso de mestrado na Universidade Autônoma de Lisboa e no curso de pós-graduação lato sensu em Direito Constitucional do Trabalho da Universidade de Brasília, em convênio com o TST. É professor no curso de pós-doutorado da Universidad de Salamanca.



OEA

Foi advogado, promotor de justiça, juiz do trabalho e desembargador federal do trabalho no TRT da 20ª Região, onde exerceu os cargos de Presidente do TRT e Diretor da Escola Judicial. Desde dezembro de 2009, é ministro do Tribunal Superior do Trabalho, onde compôs o Conselho Consultivo da Escola Nacional dos Magistrados do Trabalho, presidiu o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação. Presidiu a Comissão de Documentação e coordenou o Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho - CGMNac-JT no biênio 2016/2017. Foi vice-diretor da Enamat – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça do Trabalho e é membro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

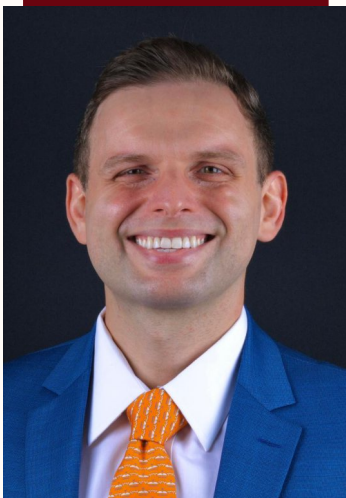


OEA

Tem experiência acadêmica na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho e em Direitos Humanos. Escreveu dezenas de artigos jurídicos, teve participação em coletâneas jurídicas e é autor dos livros *Direito Individual do Trabalho* (Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007), *Garantia de Indenidade no Brasil* (São Paulo: LTr, 2013) e *Direito do Trabalho: curso e discurso* (São Paulo: Editora LTr, 2016, 2018 e 2019) e *Princípios de Direito do Trabalho: sob a perspectiva dos direitos humanos* (São Paulo: Editora LTr, 2018). Participou em congressos jurídicos, como professor ou palestrante, em Lisboa, Roma, Salamanca, Porto e em vários estados do Brasil. Como congressista, participou de eventos jurídicos em Washington, Barcelona e Genebra, todos relacionados a temas de direitos sociais.



OEA



Bruno Bodart

Membro Titular do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Diretor da Escola Judiciária Eleitoral. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), com período na Albert-Ludwigs-Universität Freiburg (Alemanha). LL.M. (Master of Laws) pela Harvard Law School. Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (aprovado em 1º lugar). Foi Professor Substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio). Ex-Juiz Instrutor perante o Supremo Tribunal Federal. Ex-Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Ex-Presidente da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP).



OEA



Carlos Vera Barros

Carlos Alberto Vera Barros. Nascido em Rosário, Província de Santa Fé, Carlos Vera Barros é formado em Direito pela Universidade Católica Argentina e Mestre em Direito Penal pela Universidade Complutense de Madrid; Também obteve pós-graduação em Controle de Convencionalidade e Direito Comparado na Universidade de Bolonha; Desenvolve sua atividade docente como Professor de Graduação e Pós-Graduação de Direito Constitucional na Pontifícia Universidade Católica e na Escola Judiciária do Conselho da Magistratura do Poder Judiciário da Nação; É membro do Instituto de Federalismo da Academia Nacional de Direito de Córdoba. Palestrante e publicista de temas de sua especialidade no país e no exterior, ministrou cursos de aprimoramento para o Judiciário no Peru, atualmente atua como Titular da 3ª Vara Federal de Rosário, Argentina.



OEA



Carlos Vinícius
Alves Ribeiro

Conselheiro do CNJ. Ex-Secretário-geral do CNMP; Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação da Escola Superior do Ministério Público da União;
Promotor de Justiça; Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Direito de Estado pela USP e em Democracia pela Universidade de Coimbra; Professor no Mestrado no IDP.



OEA



Clara Mota

Juíza Federal do TRF1. Secretária-Geral do CNJ. Professora de Direito Econômico do IDP.





OEA



Cláudio dell'Orto

Nascido em Petrópolis, Cláudio Luís Braga dell'Orto graduou-se em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP) em 1983. Foi aprovado em diversos concursos relevantes, incluindo os de advogado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), onde atuou como promotor de Justiça de 1986 a 1991. Ingressou na magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1991. Foi juiz auxiliar da Corregedoria. É desembargador desde 2009 e integrou o Conselho da Magistratura. Atualmente, preside a 9ª Câmara de Direito Público, o Comitê Gestor de Inteligência Artificial (CGIA) e compõe o Órgão Especial. Presidiu a AMAERJ em duas gestões (2006/2007 e 2012/2013). No Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ), foi presidente, vice-presidente e corregedor eleitoral. Reconhecido no meio acadêmico, o desembargador Cláudio dell'Orto é mestre em Ciências Penais pela Universidade Candido Mendes. Em 1988 iniciou o magistério ao ser admitido como professor na Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e, em 1994, foi aprovado no concurso para professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).



OEA

O magistrado também ocupa o cargo de professor na Escola Superior de Administração Judiciária (ESAJ). Dirigiu a Escola Nacional da Magistratura (ENM), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), e integrou o conselho consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). O magistrado também é membro efetivo da Academia Petropolitana de Letras e autor de diversas publicações. O desembargador Cláudio Luís Braga dell'Orto ingressou na EMERJ em 1992 como professor, é coordenador e professor da disciplina de Direito Digital, além de atuar como magistrado supervisor de Comunicação. O magistrado é o 13º Diretor-Geral da história da EMERJ, eleito pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



OEA



Danilo Dias

Procurador Regional da República, lotado no Núcleo Criminal da Procuradoria Regional da República da 1ª Região. Membro do Ministério Público Federal desde 2002. Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Integra o Grupo de Apoio às Colaborações Premiadas e aos Acordos de Não Persecução Penal da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF. Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB) e especialista em Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Graduado em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Foi Secretário-Geral Adjunto do Ministério Público da União (2013/2014), Secretário Especial (2014/2015) e Coordenador da Assessoria Criminal (2015/2017) do Procurador-Geral da República, e Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Bahia (2007/2011).



OEA



Delaíde Miranda
Arantes

Ministra do TST (Tribunal Superior do Trabalho), Mestra em Direito, Estado e Constituição (UnB), Conselheira no CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), Ouvidora-Geral da Justiça do Trabalho TST/CSJT, Conselheira Consultiva da ENAMAT (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho), integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania (UnB/FD/CNPq), da Associação Juízes para a Democracia (AJD), do Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (IPEATRA) e Secretária da JUTRA (Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho) 2023/2024.



OEA



**Edvandar Felix
de Paiva**

Atual Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), empossado em 1º de dezembro de 2025, para mandato até dezembro de 2027. Ingressou na atividade policial em fevereiro de 2002, inicialmente na Polícia Civil do Distrito Federal. É Delegado de Polícia Federal desde 2007, bacharel em Direito e especialista em Ciências Penais. Tomou posse e entrou em exercício na Delegacia de Polícia Federal em São José do Rio Preto/SP. Em 2010, foi convidado a atuar na Corregedoria-Geral da Polícia Federal, em Brasília, onde desempenhou funções nas Coordenações de Disciplina e de Assuntos Internos. Em 2015, passou a integrar a Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários da Coordenação-Geral de Polícia Fazendária, permanecendo na unidade até assumir a presidência da ADPF, em 4 de dezembro de 2017, para o primeiro mandato, com término em 4 de dezembro de 2019. Foi reconduzido à presidência em 4 de dezembro de 2021. Em 2022, de volta à Polícia Federal, exerceu a chefia do Núcleo de Gestão Estratégica da Diretoria de Tecnologia e Informação. No período de janeiro de 2023 a novembro de 2025, chefiou a Divisão de Assuntos Parlamentares da PF.



OEA



Fabiana Costa
Oliveira Barreto

Fabiana Costa Oliveira Barreto é Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no biênio 2025–2027, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDE/CNMP) e do Comitê Ministerial de Defesa dos Direitos das Vítimas (CMDD/CNMP). Promotora de Justiça de carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), foi Procuradora-Geral de Justiça do MPDFT por dois mandatos consecutivos (2018–2022). É mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) e possui atuação destacada na promoção de políticas institucionais voltadas à proteção dos direitos fundamentais e ao aprimoramento do sistema de justiça.





OEA



Fábio Ribeiro Porto

Doutorando em Direito na Universidade Clássica de Lisboa. Mestre em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Graduado em Direito Privado na Universidade Federal Fluminense (UFF). Desembargador Eleitoral. Juiz de Direito e Professor Universitário. Autor de Livros e artigos jurídicos. Membro do Comitê de Inteligência Artificial do Poder Judiciário - Conselho Nacional de Justiça. Membro do Comitê de Inovação do Conselho Nacional de Justiça. Professor Palestrante da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Professor da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (ESAJ). Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Privado da Universidade Federal Fluminense (UFF). Integrou o Grupo de Trabalho sobre provas digitais do Conselho Nacional de Justiça. Membro do Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e de propostas voltadas à adequação dos tribunais à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). Ex Membro do Grupo de Trabalho da Grupo de Trabalho sobre Transformação Digital da Comissão Permanente da Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa. Ex Membro suplente do Comitê Gestor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (CGLGPD) do Conselho Nacional de Justiça.



OEA

Ex Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça e Presidência do Estado do Rio de Janeiro. Ex Juiz Auxiliar da Presidência e da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro. Ex Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, coordenador do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ na gestão do Ministro Luiz Fux.



OEA



Fernando Ximenes

Juiz Federal do TRF 5 Juiz Auxiliar no Tribunal Superior Eleitoral. Juiz Instrutor no Supremo Tribunal Federal entre 2023 e 2025. Juiz Auxiliar no Supremo Tribunal Federal entre 2021 e 2023 e entre 2025 e 2026. Mestre em Direito e Poder Judiciário pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).



OEA



**Georges Carlos
Fredderico
Moreira Seigneur**

Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para os biênios 2022-2024 e 2024-2026. Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União no anuênio 2024-2025. Presidente da Linha Unificada Ministério Público Estratégico – LUME/CNPG (2025-2026). Presidente do Grupo Nacional de Acompanhamento Processual do CNPG (2023-2025). Presidente do Grupo Nacional de Tecnologia da Informação do CNPG (2023-2024). Vice-Presidente do Ministério Público da União no CNPG (2023-2024). Ingressou no MPDFT em 2002, tendo exercido os cargos de Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral, Assessor de Políticas Institucionais, Assessor Parlamentar, Coordenador das Promotorias de Justiça do Paranoá e titular de diversas promotorias criminais, sendo hoje titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social (PJFEIS). Graduiu-se em Direito (1999) e titulou-se mestre em Direito e Estado (2005) pela Universidade de Brasília – UNB, com especialização em Direito Processual Penal.



OEA

Examinador de diversos concursos públicos em âmbito nacional para ingresso em carreiras jurídicas, especialmente do Ministério Público e da Magistratura, foi, ainda, Presidente do 33º Concurso público para ingresso na carreira do MPDFT no cargo de Promotor de Justiça Adjunto. Professor universitário de Direito, com especializações em Direito Processual, Penal, Constitucional e em legislação aplicada ao MPU, com vasta contribuição para publicações acadêmicas nas áreas do Direito Penal, Processo Penal, Constitucional e Internacional.



OEA



Jean Michel Arrighi

Doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidade do Uruguai.

Professor de Direito Internacional Público na Universidade do Uruguai e na Universidade Católica do Uruguai.

Ministrou cursos em várias universidades na América e na Europa, incluindo a Hague Academy.

Entre muitas associações, é membro do "Institut de Droit International" e vice-presidente da Sociedade Latino- Americana de Direito Internacional.

Autor de livros e artigos sobre direito internacional público, sendo o último desses livros "A OEA e o direito internacional", publicado no México em 2015. Foi Diretor Nacional de Comércio do Uruguai. Desde 1993, é assessor jurídico da Secretaria-Geral da OEA, onde ocupou o cargo de Secretário de Assuntos Jurídicos desde 2008.



OEA



Karel Ozon

Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1993) e Especialista em Sistema de Justiça Criminal (UFSC/FESMPDFT - 2004), é Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, onde ingressou por concurso público em 1999, atuando na área da Infância e da Juventude desde 2014. Exerce, atualmente, o mandato de Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Território (biênio 2025/2027). Foi um dos Coordenadores Nacionais do Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e Adolescência - PROINFÂNCIA durante dois mandatos (2019/2021 e 2021/2023). Foi Membro Colaborador da Comissão da Infância, Juventude e Educação do Conselho Nacional do Ministério Público entre 2019 e 2026, tendo integrando, ainda, o extinto GT de Orçamento da Criança e Adolescente, Fundo da Infância e Adolescência e temas correlatos, da referida Comissão.



OEA



Leandro de Matos
Coutinho

Mestre e doutorando em Direito Público pela UNESA. Advogado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde 2002, com longa carreira executiva. Ex-presidente da Diretoria Executiva do Instituto Compliance Rio (ICRio) e atual presidente do Conselho Deliberativo do Instituto. Vice-presidente do Conselho Consultivo da Alliance for Integrity Brasil (2022 – 2024). Professor e palestrante em eventos nacionais e internacionais e autor do livro *Compliance Anticorrupção, a Lei das Estatais e a Defesa do Estado Democrático de Direito*, publicado pela Lumen Juris em 2018, além de diversos artigos em revistas e obras coletivas.



OEA



Leonardo Quintans
Coutinho

Bacharel em Direito e especialista em Direito Público. Foi Promotor de Justiça no Ministério Público da Bahia, ingressando posteriormente no Ministério Público da Paraíba, onde atuou em diversas Promotorias e exerceu as funções de Coordenador do CAO do Patrimônio Público, Secretário de Planejamento e Gestão e Coordenador do FOCCO/PB. Foi Presidente da Associação Paraibana do Ministério Público (2021– 2025) e Diretor Nordeste da CONAMP. Em agosto de 2025, foi nomeado Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba para o biênio 2025–2027. Professor universitário em nível de PósGraduação por 10 anos.



OEA



Luis Humberto
Toro Utillano

Luis Humberto Toro Utillano es oficial jurídico senior en el Departamento de Derecho Internacional de la Secretaría de Asuntos Jurídicos de la Secretaría General de la Organización de los Estados Americano (OEA). Entre sus responsabilidades, provee servicios de consejería legal en materia de derecho internacional a los Estados miembros de la OEA y apoya la labor de órganos del sistema interamericano, tal como el Comité Jurídico Interamericano y las Comisiones del Consejo Permanente y de la Asamblea General. Es además el oficial a cargo de los tratados dentro de la Secretaría General, y en tal capacidad garante de todas las acciones relativas con el depósito de instrumentos jurídicos del sistema interamericano, así como de los instrumentos de ratificación de los mismos.

Se ha desempeñado como asesor legal de los Grupos de Trabajo encargados de la negociación, y adopción de convenciones, resoluciones y declaraciones del sistema interamericano desde finales del siglo anterior, así como de la implementación de planes de acción y mecanismos de protección a favor de grupos vulnerables relativos a la eliminación de la discriminación contra personas con discapacidad, el combate al racismo y toda forma de discriminación, los derechos de las personas mayores y de los pueblos indígenas.



OEA

Ha organizado eventos de formación sobre el sistema interamericano en diferentes Estados miembros de la OEA y ha participado en talleres y conferencias en instituciones académicas, así como en organizaciones gubernamentales nacionales e internacionales, tanto dentro del sistema interamericano como en las Naciones Unidas. Asimismo, ha publicado artículos sobre diversos aspectos del sistema interamericano y las labores que desempeña la OEA en la elaboración y difusión del desarrollo progresivo del derecho internacional.

Graduado en Derecho (LL.B.) de la Université de Montréal, en Canadá (Faculté de Droit). Posee también una maestría en derecho internacional (LL.M.) del Washington College of Law (American University) y un Bachillerato en Ciencias Políticas (B. Sc.) de la Université de Montréal.



OEA



**Marcelo Crisanto
Souto Maior**

Marcelo Crisanto Souto Maior é Vice-Presidente da ANPT. Procurador do Trabalho oriundo do 13º Concurso. Atualmente lotado na PRT 6ª Região. Foi lotado em Porto Velho (PRT 14ª Região) de 2007 a 2008; Arapiraca (PRT 19ª Região) 2009; Petrolina (PRT 6ª Região) 2010; Caruaru (PRT 6ª Região) 2011 e 2012; Recife (PRT 6ª Região), de 2013 até a presente data. Exerceu as funções de Procurador Chefe Substituto, Coordenador de PTM e Coordenador Regional da COORDINFÂNCIA, CONAETE, CONATPA e CONAP. Gerente Nacional do Projeto Portos Seguros - CONATPA, Diretor de Assuntos Legislativos e Diretor Financeiro da ANPT biênios 2016/2018 e 2018/2020. Foi Procurador Federal (2003), Procurador da Fazenda Nacional (2004), Procurador do Estado do Ceará (2005 a 2007) e Professor Substituto da Universidade Federal do Ceará (2005 e 2006). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Sevilha. Especialista em Direito do Trabalho Portuário e Marítimo.



OEA



Marcelo Daniel Duffy

Presidente, AJUFE ARGENTINA. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Buenos Aires (1993). Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Austral (2000). Em sua atuação profissional, destaca-se sua atuação como Secretário Jurídico do Conselho da Magistratura do Poder Judiciário da Nação (1998-1999) e da Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina (2002-2011). Atualmente é Juiz da Sala IV da Exm^a Câmara Nacional de Recursos no Contencioso Administrativo Federal (2011 até hoje), que preside. Lecionou em cursos de graduação e pós-graduação em diversas universidades públicas e privadas (UBA, UCES, UCA, UB), bem como em diferentes instituições acadêmicas (IUPFA, Fundesi). É tutor de tese no Mestrado em Direito da UBA (2022). Tem participado de conferências sobre temas relacionados à sua especialidade dentro e fora do país e interveio como “juiz convidado” no Programa “Justiça 2020”, do Ministério da Justiça e Direitos Humanos da Nação. É membro do Instituto de Direito Administrativo da Academia Nacional de Direito e Ciências Sociais de Buenos Aires (2004). É autor de várias publicações jurídicas especializadas (individualmente e em coautoria) relacionadas com o direito público (constitucional e administrativo).



OEA



Marco Aurélio
Marsiglia Treviso

Juiz do Trabalho Titular da 01ª Vara do Trabalho de Uberlândia (MG).

Mestre em Direito Público, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Membro do Instituto Ítalo-brasileiro de Direito do Trabalho (IIBDT).

Vice-presidente da ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), no biênio 2025/2027.



OEA



Maria do Socorro
Leal

Maria do Socorro Leal é Juíza Federal da Justiça Militar desde 1997, atualmente em exercício na 7ª Circunscrição Judiciária Militar e Vice-Presidente – Região Nordeste da Associação dos Juízes Federais da Justiça Militar (AJUFEM). Atuou como Defensora Pública do Estado do Ceará, advogada e professora de curso de graduação em Direito, em Fortaleza/CE. Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Cariri, pós-graduada pela Universidade Federal do Ceará e com estudos em Ciências Criminais na Universidade de Lisboa, em Portugal. Integrou a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação (COMPREV) e atualmente representa o Superior Tribunal Militar no Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, do Conselho Nacional de Justiça.



OEA



Nelson Sosa

É o Diretor de Informação (CIO) interino da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde exerce liderança estratégica nas áreas de tecnologia corporativa, operações, cibersegurança e modernização. Com mais de 25 anos de atuação na OEA, ele ocupou cargos de alto nível abrangendo administração de redes, segurança da informação, infraestrutura em nuvem e liderança em tecnologia corporativa.

Anteriormente, como Diretor de Segurança da Informação (CISO), ele estruturou e liderou o programa de segurança da informação da organização, estabeleceu o Centro de Operações de Segurança (SOC) e assessorou a alta administração sobre riscos cibernéticos e resiliência institucional. Também concebeu e conduziu exercícios de simulação de cibersegurança para participantes de governos e setores de infraestrutura crítica em todas as Américas.

Mais recentemente, Nelson liderou importantes iniciativas de modernização na sede e nos escritórios regionais da OEA, incluindo a transição para dispositivos (laptops) seguros e melhorias na resiliência de redes e internet.



OEA



Rinaldo Reis Lima

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Graduação em Direito — Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Mestrando em Direito Constitucional — Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP Brasília)

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Promotor de Justiça — Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) | 1997 – 2025

Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Norte (AMPERN)

Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN)

Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE)

Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) — dois mandatos, exercendo as funções de:

Corregedor Nacional do Ministério Público,

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais,

Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Diretor de Relações Institucionais — Aegea Saneamento Básico S.A. | desde 2025



OEA



Tarcísio José Sousa
Bonfim

Tarcísio José Sousa Bonfim é brasileiro, maranhense, nascido aos 07 dias do mês de dezembro de 1973, na cidade de São Luís/Ma. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão; Pós-graduação em Ciências Criminais pela UFSC; Pós-graduação em Direito Constitucional pelo UNICEUMA; Ingressou no Ministério Público do Estado do Maranhão em 1999, onde passou pelas Promotorias de Justiça de Loreto, Icatu, Vitorino Freire, Cururupu, Balsas, João Lisboa e desde 2013, é titular da 8ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena de São Luís. 2º Vice-presidente da CONAMP no biênio 2018/2019; 1º Vice-presidente da CONAMP nos biênios; Presidente da CONAMP, biênio 2024/2026.



OEA



Valter Shuenquener
de Araújo

Tem Doutorado em Direito Público pela UERJ, com pesquisa de doutoramento na Ruprecht-Karls Universität de Heidelberg (Alemanha). Atualmente é Professor Associado de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UERJ, Juiz Federal e está atuando em regime de cooperação na Secretaria de Assuntos Jurídicos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Foi Coordenador do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário por indicação do Presidente do STF (2020-2022) e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) no CNMP. Ocupou os cargos de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (2020-2022), de Conselheiro Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público por indicação do Supremo Tribunal Federal (biênios de 2015-2017 e 2018-2020), de Juiz Auxiliar e Juiz Instrutor no Supremo Tribunal Federal (2011-2014), de Juiz Auxiliar no Tribunal Superior Eleitoral (2015), de Procurador do Estado do Rio de Janeiro (2000-2001) e de Procurador Federal (2000).



OEA



**Vanessa Ribeiro
Mateus**

Vanessa Ribeiro Mateus é presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Juíza de Direito do Estado de São Paulo desde 2000. Eleita pela chapa “Combatividade, Coragem e União” para a gestão 2026–2028, exerce, à frente da entidade, a representação institucional da magistratura brasileira e conduz a interlocução da AMB com os Poderes da República, órgãos públicos, entidades representativas e os diversos setores da sociedade. Sua chegada à Presidência da AMB é resultado de uma trajetória construída no associativismo e marcada pela defesa das prerrogativas da magistratura. Filiada à Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) desde o início da carreira, foi tesoureira no biênio 2014–2015, 2ª vice-presidente em 2016–2017 e 1ª vice-presidente em 2018–2019. Presidiu a entidade por dois mandatos consecutivos, nos biênios 2020–2021 e 2022–2023, tornando-se a primeira mulher eleita e reeleita para presidir a instituição em seus 70 anos de história. Na AMB, foi coordenadora da Justiça Estadual durante a gestão 2023–2025. Ingressou na magistratura pelo 173º Concurso e é titular da 8ª Vara Cível do Fórum João Mendes. Mestre em Direito, Justiça e Impacto na Economia pelo Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (CEDES) e professora da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), teve papel pioneiro na instalação do 1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em São Paulo.



OEA



Walter Baere de
Araujo Filho

Procurador Federal, atualmente Diretor Jurídico do BNDES, ex-Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ex-Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra - Portugal. Foi Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Assessor Especial do Ministro de Estado de Minas e Energia, foi responsável pela Coordenação-Geral de Geologia, Mineração e Transformação Mineral da Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia, foi um dos Coordenadores na elaboração dos Projetos de Lei para a exploração e produção de petróleo e gás natural na província do Pré-Sal e responsável pela redação do Anteprojeto de Lei para o Setor de Mineração. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ – e Pós-Graduado em Advocacia Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ –, em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes e em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET.



OEA



Walter Barone

Presidente da União Internacional de Magistrados – UIM.
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com assento na 14^a. Câmara de Direito Público.
Ex-presidente do Grupo Ibero-americano da UIM.
Ex-presidente da Federação Latino-Americana de Magistrados – FLAM.
Membro do Conselho Consultivo da Escola Paulista da Magistratura – EPM.
Coordenador de Cursos Internacionais da Escola Paulista da Magistratura – EPM.
Diretor-Adjunto da Secretaria de Relações Internacionais da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB.
Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP.
Graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo – FGV.
Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP.
Doutorando em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP.
Ex-bolsista do Instituto Max Planck de Direito Penal e Internacional em Freiburg, Alemanha.